



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARISA FREITAS DA SILVA

**A CULTURA DO ALGODÃO E O DESENVOLVIMENTO DO AGRESTE
PERNAMBUCANO NO SÉCULO XIX**

Caruaru
2022

MARISA FREITAS DA SILVA

**A CULTURA DO ALGODÃO E O DESENVOLVIMENTO DO AGRESTE
PERNAMBUCANO NO SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências Econômicas
do Campus Agreste da Universidade Federal
de Pernambuco – UFPE, na modalidade de
artigo científico, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel em Economia.

Área de concentração: História Econômica.

Orientador (a): Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins

Caruaru

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Evandro e Giane, pelo incondicional amor, apoio e por todas as palavras de carinho. Agradeço, principalmente, por serem meus maiores incentivadores.

Agradeço aos meus amigos que estiveram junto comigo nessa caminhada – mesmo os mais distantes fisicamente –, por sempre levantarem meu astral e acreditarem no meu potencial.

Agradeço ao meu time amado da faculdade, Ana e Mateus, pela companhia e as boas risadas.

Agradeço ao meu orientador, professor André Luiz, pelas orientações e por todo ensinamento ao longo da minha trajetória da graduação.

A cultura do algodão e o desenvolvimento do Agreste Pernambucano no século XIX

Marisa Freitas da Silva¹

RESUMO

A importância da cultura algodoeira no Brasil data antes mesmo da colonização, mas, foi a partir do século XVIII com a Revolução Industrial, que essa cultura verdadeiramente impactou a economia brasileira e, principalmente, a nordestina. O aumento das exportações dessa matéria-prima, propiciado pelas condições favoráveis do mercado internacional, permitiram a expansão dos algodoads pelo Agreste Pernambucano no século XVIII e XIX, e foi essa expansão a responsável pela urbanização do agreste, assim como ascensão social para diversos agricultores e crescimento da região. Embora as exportações fossem ensejadas por circunstâncias favoráveis do mercado internacional, eram transitórias, e as políticas fiscais adotadas pelo governo central prejudicavam os produtores pela alta tributação nos preços de exportação. Além disso, exigir do governo imperial medidas mais assertivas para maior desenvolvimento da economia algodoeira era ir de encontro com os interesses da época, que eram centralizados no enriquecimento da classe minoritária detentora das grandes lavouras monocultoras e do próprio governo, que ainda seguia uma lógica mercantil. O estudo pretende discutir a expansão cotonicultura em Pernambuco nos séculos XVIII e XIX, destacando as transformações na produção e no regime de trabalho, bem como discutir a importância da cotonicultura para o crescimento da economia brasileira e do Agreste Pernambucano, com destaque para os eventos históricos que levaram o algodão a se expandir em terras brasileiras.

Palavras-chaves: Cultura algodoeira; Agreste; Crescimento.

ABSTRACT

The importance of cotton crops in Brazil was dated before colonization, but it was in the 18th century with Industrial Revolution that cotton cultivation truly impacted Brazilian economy, especially, northeast economy. The increasing export of this raw material, led by the prosperous condition of the global market, allowed the expansion of cash crops in the Agreste

¹ Graduanda em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: maarisafreitas@hotmail.com

of Pernambuco in the 18th and 19th century, as well as social mobility and growth of the region. Even though the exports were led by the international market's condition, those conditions were temporary, and the fiscal policy implemented by the central government were a burden for the planters because of the high taxation of the export price. Moreover, demanding more assertive measures from the imperial government for the development of cash crops's economy was against the interests of that time, which were centered in the enrichment of a small elite that owned extensive lands of monoculture and the enrichment of the government, still following a mercantile interest. The study aims to discuss the expansion of cotton crops in Pernambuco in 18th and 19th century, highlighting the transformations in production and working arrangements, as well as debate the importance of cotton cultivation for the growth of brazilian's and Agreste of Pernambuco's economy, with emphasis on historical events that made cotton expand in brazilian land.

Key words: Cotton crops; Agreste; Growth

DATA DE APROVAÇÃO: 20 de maio de 2022.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do problema de pesquisa

O algodão tem sua importância no Brasil datada desde os tempos pré-coloniais. Antes dos portugueses chegarem, os indígenas já o utilizavam como matéria prima tanto para produção de cordas e redes de pesca, quanto para redes de dormir (RIBEIRO JÚNIOR, 1981). Mas foi a partir do século XVIII que o algodão começou a ganhar mais espaço na economia brasileira com o aumento da sua produção no país e por ter se tornado um importante produto de exportação. E, finalmente, foi no século XIX que a produção algodoeira se destacou como importante fator no desenvolvimento do Agreste Pernambucano.

Ainda que tenha começado a ser plantado mais próximo do litoral, foi nas condições edafoclimáticas do semiárido nordestino que o algodão, em sua variedade mais xerófito, se estabelecerá. Delimitado geomorfologicamente pelo maciço da Borborema, que exerce influência decisiva sobre o seu clima, o Agreste se mostra muitas vezes árido, “eventualmente pluvioso (isoietas de 1.000 a 650 mm na direção oeste, caracterizando uma zona climática de planalto) e brejeiro, (...) sempre um corredor entre a Mata e as vastidões do Sertão,

alongando-se por todo o Nordeste Oriental e a Bahia” (SILVA, SILVA e MARTINS, 2020, p. 9).

A ocupação inicial dessa região deveu-se à busca por espaços criatórios (gado, principalmente, força motriz para os engenhos na Mata). A “sesmarização” do Agreste, que resultaria em extensas propriedades pecuaristas, é posterior à reconquista lusitana (segunda metade do século XVII). Na verdade, a região só testemunharia um afluxo mais expressivo de população em meados do século XVIII, com o algodão, que a transforma. Particularmente o Agreste nordestino está imbricado historicamente com o algodão, assim como a pecuária no Sertão nordestino. Mesmo os senhores de engenho nas franjas da Mata Norte (a “Mata Seca”) com o Agreste Setentrional, bem como os seus pares e também os lavradores no Brejo Paraibano foram sempre senhores de engenho algodoeiros (ANDRADE, 2011).

Um dos fatores que impulsionaram o aumento da produção de algodão no Brasil foi o aumento significativo da densidade demográfica em Minas Gerais na corrida do ouro. Este fato propiciou um aumento na manufatura de tecidos de algodão, porquanto se faziam necessárias mais vestimentas para uma população crescente (BUENO e COSTA, 2004). Além disso, outro grande acontecimento histórico do século XVIII seria a Revolução Industrial, promotora de um significativo aumento, no século seguinte, nos níveis de produção e de exportação do algodão brasileiro.

Sob a administração de Marquês de Pombal (1750-1777), foi criada em 1755 a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e em 1759 a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Estas companhias de comércio tinham o intuito de abastecer de matéria prima as fábricas inglesas. No entanto, o apogeu da exportação algodoeira entrou rapidamente em declínio devido à concorrência do algodão norte-americano – mais barato e de melhor qualidade – e ao aumento do preço dos escravos, visto que a cotonicultura era baseada em plantações escravistas (ALBUQUERQUE, 1981). Também, nesse mesmo período, a alta tributação nos preços das commodities, principalmente do algodão, contribuiu para a estagnação da situação da economia algodoeira (PEREIRA, 2017).

Meados do século XIX, no entanto, foi marcado por uma nova ascensão algodoeira. Dessa vez, o Agreste Pernambucano teve grande participação no novo apogeu e parte disso deveu-se a estagnação do parque açucareiro, que permitiu a expulsão do excedente populacional para o Agreste (ANDRADE, 2011). O avanço da cultura autóctone, provocado pelo declínio da cultura canavieira, fez do Agreste Pernambucano um dos grandes produtores do produto no país e, apesar das técnicas rudimentares de cultivo e descaroçamento, era o

algodão de Pernambuco que apresentava maior qualidade quando comparado aos outros tipos de algodões das outras regiões brasileiras.

O desenvolvimento da cultura autóctone também se aproveitou de eventos internacionais que favoreceram o aumento das exportações, como a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (ANDRADE, 2011). Conforme Chacon (1974), com a eliminação do produto norte-americano, os produtores do algodão nacional viram a exportação de seus produtos crescerem substancialmente. Nesse contexto, outras localidades no país também se aproveitaram das condições favoráveis da produção algodoeira no mercado internacional.

O crescimento das exportações de algodão no século XIX, propiciado, especialmente, pela Guerra Civil americana, deixou o Brasil em posição privilegiada de terceiro lugar entre exportadores de algodão no mercado internacional (CHACON, 1974). Segundo Bueno e Costa (2004), também se estima que, durante esse período, o Brasil exportou aproximadamente 800 milhões de quilos para a Europa.

O algodão também teve importante participação no processo de desenvolvimento da região do Agreste Pernambucano. É inegável que, inicialmente, como destaca Furtado (1976), com a expansão da economia nordestina, o interior pernambucano tenha se tornado pecuarista com a presença de agricultura de subsistência. Todavia, a cultura autóctone encontrou condições naturais mais favoráveis em terras agrestinas e durante o século XIX se tornou um dos principais produtos nordestinos (ANDRADE, 2011). Logo, é possível perceber que nessa região houve tanto a presença da pecuária extensiva quanto da agricultura autóctone, que, a posteriori, se torna um dos principais produtos de exportação da região.

Andrade (2011) caracteriza a cultura do algodão na província de Pernambuco como mais “democrática” (mais acessível, mais barata) que a cultura da cana-de-açúcar. Isso porque, ao analisar o processo de cultivo de ambas, percebe-se que existia a possibilidade de realizar culturas associadas com o algodão. Ou seja, em uma mesma plantação, era possível ter tanto o produto de exportação, quanto os produtos de subsistência. Além disso, a “democratização”, como sugere Ribeiro Júnior (1981), também se refere ao fato de que não eram necessárias instalações custosas para realização do trabalho de colher o algodão e de que existia trabalho assalariado nas lavouras. Essa presença de trabalho assalariado, que inclusive, difere um pouco do caso das plantations escravistas do século XVIII na região do Maranhão.

Por causa disso, observou-se a produção algodoeira tanto por parte dos grandes proprietários, quanto dos médios e pequenos, diferentemente da cultura açucareira, em que predominava a hegemonia dos grandes senhores de engenho (MARTINS e MELO, 2021).

Desse modo, o algodão apresenta caráter mais dinâmico e acessível que o açúcar, o que explica o seu sucesso em terras agrestinas.

1.2 Considerações metodológicas

O presente artigo analisa o impacto da economia algodoeira no crescimento do Agreste Pernambucano no século XIX. Deste objetivo geral se desdobram os seguintes objetivos: caracterizar geograficamente o Agreste Nordestino, com ênfase no Agreste Pernambucano; discutir a implantação e expansão da economia algodoeira (cotonicultura) em Pernambuco nos séculos XVIII e XIX, destacando as transformações na produção e no regime de trabalho; e discutir a importância da cotonicultura para o crescimento do Agreste Pernambucano nesse período.

Sua elaboração se deu com base na historiografia da cotonicultura no Brasil e no Nordeste (ou “Norte Agrário”), com destaque para Pernambuco. A mesma historiografia forneceu os dados apresentados. A partir dos dados procurou-se comparar a produção do algodão ao longo dos anos, bem como seus níveis de exportação e importância relativa no comércio mundial. Também foi comparada a importância da cotonicultura no desenvolvimento da região do Agreste pernambucano no século XIX, com destaque para os eventos históricos que levaram o produto se expandir em terras brasileiras. Complementarmente, foi consultada a literatura sobre formação da economia brasileira, com a qual este artigo também dialoga.

Além desta seção introdutória, o presente artigo conta com mais três seções. Na segunda seção é abordada a economia da cultura algodoeira, ou cotonicultura, no Brasil entre os séculos XVIII e XIX. A terceira seção trata do desenvolvimento desta cultura em Pernambuco no século XIX, relacionando-a ao desenvolvimento do Agreste Pernambucano. Encerram o artigo considerações finais.

2 A ECONOMIA DA CULTURA ALGODOEIRA

Historicamente, como destaca Gonçalves e Ramos (2008, p. 25) “o uso do algodão no Brasil remonta ao período anterior à sua incorporação ao espaço de reprodução do capital mercantil”. Dito de outra maneira, o algodão integrava a vida material dos povos originários: utilizada pelas tribos indígenas, servia de adornos, redes de pescas e era usada até mesmo na ponta das flechas para levar fogo a tribos rivais. Em resumo, o algodão já era bastante

disseminado nas terras brasileiras antes mesmo da chegada dos europeus. No entanto, esses mesmos autores afirmam que, com a colonização, as primeiras plantações comerciais da malvacea começaram a surgir no país entre os séculos XVI e XVII e se estabeleceram no Nordeste, principalmente em Pernambuco e no Maranhão.

Pode-se atribuir a expansão das plantações comerciais aos diversos usos que o algodão tinha nesse período: preparo de pavios de lamparina, confecção de linhas para coser e bordar, fabrico de panos grossos para roupa dos escravos e a semente também servia de alimentação para os animais. (MOREIRA e SANTOS, 1994). Além disso, como destaca Moreira e Santos (1994, p. 13), “o grande responsável pela expansão do cultivo a partir desse século foi, sem dúvida, o desenvolvimento paralelo da fiação e tecelagem manuais”. Com o crescimento da demanda de algodão para alimentar os teares, o cultivo teve que expandir-se.

Inicialmente, a cotonicultura era rudimentar e se tratava de um setor desarticulado, com variações cíclicas de produção. Isso porque, para Albuquerque (1981), o algodão não tinha mercado suficiente, a mão-de-obra era escassa, a produção não sofria as exigências de uma produção metropolitana e também não estava integrada em uma divisão de trabalho internacional. Além disso, todos os esforços econômicos da época estavam voltados para a economia açucareira, que era muito mais rentável. Entretanto, a cultura algodoeira era fundamental para a manutenção da economia colonial, pois era um produto indispensável, juntamente com o milho, a mandioca, o arroz e a aguardente. Brasil (1946) destaca que plantado ao lado da cana-de-açúcar e usado como matéria-prima para tecelagem de panos grosseiros para vestir os escravos, o algodão, paulatinamente, se tornava uma economia integrada ao setor dinâmico da economia colonial brasileira, o açucareiro.

Foi só no século XVIII que a economia algodoeira realmente se expandiu no Brasil. Como pontua Moreira e Santos (1994), até o século XVIII o algodão no Brasil tinha apenas expressão local, porque ainda não era considerada uma matéria prima capaz de despertar interesses de grandes companhias. No entanto, Costa e Bueno (2004) enfatizam que um dos primeiros acontecimentos responsáveis pela expansão do algodão a nível nacional foi o aumento populacional significativo em Minas Gerais em razão da descoberta de ouro.

Isso porque a atividade mineradora provocou a rápida ocupação do sertão de Minas e, com isso, a população passou a ser composta em sua maioria por cativos – já que a base da mão-de-obra era escravista. Como destaca Klein e Luna (2010), a região aurífera possuía cerca de 20 mil escravos em 1710 e atingiu o marco de 100 mil escravos na década de 1730. Ainda segundo esses autores, estima-se que em 1760 a população de cor – escravos e homens livres de cor – fosse de 269 mil, enquanto a população branca fosse de 71 mil. Dessa forma, o

acelerado crescimento do novo centro econômico da colônia provocou o desenvolvimento de outras zonas produtoras, como foi o caso do algodão nordestino, pois o aumento populacional gerou a necessidade de aumentar a produção de vestimentas para a população do local, o que impulsionou o aumento dos teares em torno das zonas auríferas e da rota do Rio de Janeiro a Minas.

Todavia, conforme alega Albuquerque (1981), o grande acontecimento do século XVIII que provocou a primeira importante ascensão da cotonicultura e transformou não só a economia algodoeira brasileira, mas a economia mundial foi a primeira fase da Revolução Industrial na Inglaterra.

A Revolução Industrial marcou o fim da era do capital mercantil e o início do capitalismo industrial, com a ascensão das potências industriais. Sustentado pelo comércio mundial, a expansão capitalista cresceu na Europa, mas suas raízes extraíram alimento de uma área de troca e acumulação primitiva mais ampla, que incluía as colônias de ultramar e as economias independentes da Europa Oriental (HOBBSAWN, 1971 *apud* ALBUQUERQUE, 1981). Segundo Brasil (1946) a criação de máquinas a vapor de James Watt, os teares de Cartwright e os fusos de Arkwright revolucionaram a indústria têxtil e, conseqüentemente, promoveram a elevação substancial da procura por matéria-prima, o algodão.

O Brasil foi palco dessa euforia. A princípio, o algodão do Atlântico Sul não foi a primeira opção das indústrias inglesas, pois a fibra era importada da Índia. (MARTINS e MELO, 2021). No entanto, ainda segundo esses autores, o alto custo de produção dessas regiões, somado ao custo de produção, se tornou uma preocupação para os consumidores britânicos, por isso era mais viável incentivar a produção nas Índias Ocidentais. Com isso, conforme expõe Melo (2017), a região do Caribe, principalmente Santo Domingo, no final do século XVIII se destacou na produção algodoeira e somente durante a década de 1790, que o Sul dos Estados Unidos começou a entrar como fornecedor de algodão para a Inglaterra.

No caso do Brasil, o Império português, por meio das companhias monopolistas de comércio, das autoridades governamentais, dos lavradores e mercadores particulares, também começou a se interessar pelo mercado do algodão. Desse modo, houve uma rápida ampliação dos algodoads no Brasil, que ganharam uma nova feição ao deixarem de ser plantios “de fundo de quintal” – voltados para a subsistência – e se transformaram em cultivos comerciais destinados ao mercado externo (MOREIRA e SANTOS, 1994). De acordo com Martins e Melo (2021), rapidamente o algodão se tornou o segundo produto de exportação da colônia portuguesa entre 1796 a 1811 e perf fez 24,4% do total das mercadorias enviadas para o reino, perdendo apenas para o açúcar, que atingiu 34,7%. As expansões das plantações, ensejadas

pela alta demanda, se deram principalmente no Nordeste, com destaque para Pernambuco e Maranhão.

A cotonicultura maranhense difere da cotonicultura pernambucana no século XVIII porque no Maranhão ela estava articulada sob o mercantilismo “iluminista” pombalino, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão (1755-1778), e se baseava em plantações escravistas. Furtado (2007) explica que a criação dessa companhia de comércio, altamente capitalizada, foi uma tentativa de financiar o desenvolvimento da região, tradicionalmente a mais pobre do Brasil.

Como argumenta Martins e Melo (2021), a companhia monopolista regulou o fornecimento de mão-de-obra escrava – sem o qual a cotonicultura maranhense não vingaria –, as linhas de crédito para lavradores e oferta de transporte ultramarino para escoar as produções. Conforme Gayoso (1818), as primeiras exportações no Maranhão foram iniciadas em 1760, com a remessa de 9.765kg de algodão e, a partir deste ano, as exportações seguiram em ritmo ascensional até o período de 1826-30.

Já no caso pernambucano, a companhia monopolista criada em 1759 e denominada Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780), que, como no caso maranhense, foi concebida para incentivar a produção algodoeira, com garantias monopolistas na importação de cativos, teve um pouco de dificuldade em florescer a nova cultura no início de sua operação (MARTINS E MELO, 2021). Como explica os autores, a secular produção açucareira era um pilar da economia pernambucana, o que dificultava o incentivo a produção algodoeira pela companhia. Por causa disso, Pernambuco só despachou as primeiras remessas de algodão no final da década de 1770, mas a nova cultura foi tão bem sucedida que apresentou um desempenho crescente até meados do século XIX (MARTINS E MELO, 2021). Como exalta Melo:

Por 253 anos (desde a doação da capitania para Duarte Coelho em 1534 até 1787 quando as receitas de exportação de algodão superaram as do açúcar) Pernambuco foi uma colônia onde a cana imperava. O *boom* algodoeiro viria, pela primeira vez na história, substituir o açúcar como produto chefe da capitania. Ilustrando isso, por volta de 1798, o governador de Pernambuco Tomás José de Melo escrevia que a cultura do algodão “tem feito dobrar a massa do comércio territorial” e que “o alto preço porque se vende, os avanços que resultaram ao agricultor e outras muitas circunstâncias [...] fazem esquecer, ou mesmo estimar as outras plantações e lavouras.” Semelhantemente, por volta de 1806, a Mesa de Inspeção dizia que o algodão havia colonizado os sertões (MELO, 2017, p. 142).

Cabe ressaltar que o desenvolvimento da cultura autóctone se deu, em Pernambuco, primeiramente, junto às lavouras de cana-de-açúcar e ao longo da costa litorânea. Mas, com o declínio da economia açucareira, a produção algodoeira se expandiu e começou a ocupar o interior do estado, principalmente o Agreste, ao lado da pecuária, pelas condições geográficas mais favoráveis. Como esclarece Ribeiro Júnior (1981, p. 237) “o cotonicultor foi procurando, de preferência, os terrenos de argila e areia em planícies descobertas, matas virgens e cerrados”. Dessa maneira, ainda segundo o autor, o algodão se espalhou em Pernambuco, especialmente nos municípios de Quipapá, Canhotinho, Correntes, Bom Conselho, também em terras ribeirinhas do Rio São Francisco, penetrando até o alto sertão. No centro norte estabeleceu-se em Flores, Triunfo, Ingazeira, Alagoa de Baixo, Pesqueira, Poções, Brejo. Menos distante do Recife, Limoeiro, Bom Jardim, Timbaúba, Glória de Goitá, Vitória, Nazaré. Mais distante, Caruaru, Gravatá, Bezerros – com exceção das zonas montanhosas.

Por isso, nas palavras de Andrade (2011, p. 157) “o algodão operou, após meados do século XVIII, verdadeira revolução agrária no Agreste” e diferentemente do caso maranhense, a produção em Pernambuco não estava ligada estritamente a grandes propriedades escravistas e tinha uma produção geograficamente mais dispersa.

Além disso, Andrade (2011) argumenta que tamanha era a importância no algodão para a economia pernambucana naquela época que houve, inclusive, a criação da Inspeção do Algodão para examinar e classificar os produtos destinados à exportação. Pereira (2017) também ressalta o fato de que a fibra branca pernambucana era muito estimada no mercado britânico, por ter qualidade superior a outras fibras de outras localidades, inclusive a maranhense.

Nesse contexto, segundo evidencia Pereira (2017), entre 1791 e 1801, o nordeste brasileiro alcançou uma participação de 40% no mercado em Liverpool. O início da Revolução Industrial significou, portanto, tanto para a produção algodoeira maranhense, quanto à pernambucana, um período fundamental de ascensão e colocou o Brasil como um importante exportador da malvácea para as indústrias inglesas. Na tabela abaixo, destaca-se a participação pernambucana nas exportações de algodão de 1787 a 1796:

Tabela 1 – Pernambuco: exportação de algodão no século XVIII (1787-1796)

Ano	Arrobas de algodão
1787	451
1788	5.529
1789	7.292
1790	3.163
1791	8.883
1792	15.879
1794	7.397
1795	6.440
1796	15.320

Fonte: Brasil (1946).

O algodão passava a integrar, junto com o açúcar e o café, a lista das commodities que inseriram a economia imperial e escravista brasileira na economia-mundo².

No caso do açúcar, foi realmente experimentada uma retomada, visto que condições internacionais favoráveis – o colapso da produção açucareira haitiana na década de 1790 e a crise, particularmente sentida nos anos 1830, da produção nas Antilhas Britânicas pós-emancipação dos escravos nas colônias britânicas – deixaram vazios de oferta que recolocaram o Brasil na competição mundial pelos mercados do açúcar.

Tanto foi assim que, de uma participação de 8% na produção mundial em 1791, os açúcares brasileiros passam a 15% em 1805 e a 20% em fins dos anos 1820, quando a produção nacional ultrapassa as cinquenta toneladas anuais e posiciona a Nação como segunda produtora das Américas, atrás apenas de Cuba. Até 1830, seria a principal cultura de exportação na pauta brasileira (...), até a entrada definitiva, triunfal, nesses mesmos anos, do café no jogo das commodities brasileiras. (MARTINS, 2017)

Essas lavouras, juntamente com o arroz (este menos importante no comércio externo), estiveram fortemente assentadas na *Segunda Escravidão*. Não se pode entender a sua expansão fora desse contexto histórico.

² Segundo Braudel (1983), o espaço insubordinado causa perturbação na organização econômica e o capitalismo surge para organizar, hierarquizar e dividir esse espaço. Dessa maneira, como explica Ferreira e Vieira (2011), toda economia-mundo se caracteriza por ser um ponto de centralização e concentração dos recursos e das riquezas. Além disso, permite um centro, uma região decisiva que impulsiona outras e estabelece a unidade que está em causa.

O termo “segunda escravidão” tem sido adotado por historiadores dos regimes escravistas que floresceram nas Américas no século XIX, sobretudo no Sul dos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba entre 1800 e 1860, e que encontraram sua ruína pouco tempo depois (1865-1888). Tal termo evidencia o fato de que a escravidão nas Américas não se enfraqueceu e terminou no período pós-colonial. Outra maneira de colocar a questão seria afirmar que a industrialização e o advento da modernidade não representaram automaticamente o fim da escravidão, mas que, ao invés disso, a intensificaram e difundiram. O resultado foi uma nova escravidão americana, que reformulou e reorganizou a instituição (BLACKBURN, 2016).

No entanto, como pondera Chacon (1974), o desempenho brasileiro foi ofuscado pela normalização da produção norte-americana após o fim da Guerra de Independência, o que fez o Brasil perder sua importância relativa nas importações europeias. No começo do século XIX, as exportações de algodão dos Estados Unidos já eram expressivamente maiores que as do Brasil, já que o produto norte-americano era de melhor qualidade por utilizar técnicas mais avançadas de produção e, aliado a isso, usava mão-de-obra escrava, o que barateava o custo de produção. A Tabela 2 a seguir retrata esse descompasso produtivo:

Tabela 2 - Algodão importado em sacas pela Inglaterra de 1800 a 1807

Ano	Sacas do Brasil	Sacas dos Estados Unidos
1800	30.593	40.342
1801	37.900	51.447
1802	72.660	105.187
1803	70.263	103.063
1804	45.739	102.174
1805	52.141	122.078
1806	47.802	124.092
1807	18.981	171.267

Fonte: Chacon (1974).

Conforme explica Pereira (2017), as exportações algodoeiras dos Estados Unidos eram quase inexistentes antes de 1800. Por causa da Guerra da Independência Norte Americana (1775-1783), as exportações desse país foram prejudicadas, o que beneficiou o algodão – especialmente maranhense e pernambucano – brasileiro. No entanto, com o fim da guerra, os Estados Unidos se destacou como grande produtor da fibra branca e o aumento das exportações norte-americanas pressionaram para baixo os preços do algodão no mercado

internacional, o que foi suficiente para comprometer a rentabilidade do algodão cultivado no Brasil.

Tanto a produção maranhense quanto a produção pernambucana sentiram o impacto do aumento da produção norte americana no mercado internacional. Como pontua Carvalho (2015), o declínio da produção algodoeira maranhense foi provocado pela recuperação da produção algodoeira norte americana e pela Guerra dos Balaios³ (1838-1841), ocorrida nos centros mais populosos e dinâmicos do Maranhão. Tais eventos desarticularam ainda mais a já decadente cultura autóctone da região. Em virtude desses acontecimentos, os preços do algodão despencaram e como as plantações se sustentavam em trabalho escravo, já não era mais viável suportar os custos de transporte e a compra de cativos. A produção pernambucana também sentiu os efeitos, mas como não dependia inteiramente de plantações escravistas e tinha um produto de boa qualidade, ainda conseguia exportar o algodão.

Pereira (2021) também reforça que o algodão de fibra longa de Pernambuco competia com o algodão de Sea Island e do Egito, enquanto que o algodão de fibra curta do Maranhão competia com o algodão da Georgia e de Nova Orleans. Dessa forma, como expõe o autor, o algodão pernambucano competia em um mercado na qual a oferta não era elástica: Sea Island exportou 9.5 milhões de libras por ano entre 1820 e 1860, enquanto que Pernambuco exportou 6.3 milhões de libras por ano entre 1800 e 1860. Assim, o produto pernambucano competia em um mercado no qual existia maiores margens de lucro, porque o algodão era destinado a produto de mais alta qualidade.

Já o algodão do Maranhão enfrentava um produto norte americano que tinha aumentado enormemente sua produtividade antes de 1850, com exportações de mais de 1.1 bilhões de libras em 1860 (PEREIRA, 2021). Assim, o Maranhão enfrentou uma competição mais acirrada no mercado internacional que Pernambuco, porque seu produto, o algodão de fibra curta, era mais sensível a variações de preço. No entanto, a economia algodoeira brasileira como um todo estagnou após 1819.

Outro fator que também corroborou para estagnação da economia algodoeira foram as políticas fiscais adotadas pelo governo central após 1808. Segundo Pereira (2017), a necessidade de aumentar as receitas levou o governo a tributar as exportações das

³ A Guerra dos Balaios (1838–1841) foi um movimento popular que ocorreu nas províncias do Maranhão e foi uma das mais importantes revoltas do período regencial. Também foi uma batalha de resistência em oposição às condições de miséria e opressão, escravidão, maus-tratos, oposição ao abuso de poderes e todo tipo de injustiças existentes na sociedade nesse momento. Além disso, desde o início, contou com lideranças populares e existiu uma aliança entre homens livres e escravos (MATEUS, 2018).

commodities – principalmente do algodão. Essa política fiscal teve impacto direto para a estagnação da economia algodoeira no começo do século XIX:

Governos centrais na idade moderna priorizavam gastos militares, incluindo a manutenção das dívidas contraídas para financiar conflitos. O Brasil não era diferente nesse sentido, e a centralização fiscal após 1808 deu origem à nova tributação em produtos de exportação para pagar a estrutura governamental aumentada e neutralizar os efeitos da guerra em Portugal. Como açúcar e algodão eram os produtos de exportações mais importantes daquela época, as capitanias do Nordeste obtiveram uma parcela desproporcional do fardo fiscal das novas políticas. (PEREIRA, 2017, p. 18, tradução nossa).

Nesse sentido, “o legado colonial deixou as províncias com pouca autonomia para realizar as próprias políticas econômicas, o que causou efeitos danosos no crescimento econômico local” (PEREIRA, 2017, p. 18). Segundo Moreira e Santos (1994), o reflexo dessa conjuntura foi a estagnação da concorrência do algodão brasileiro no mercado externo, que em 1851-60 só representava 6% das exportações totais do país. No caso de Pernambuco, Pereira (2021) elucida que os produtores dessa província conseguiram suportar por um tempo mais longo a alta tributação por causa da alta qualidade do algodão, ao contrário do Maranhão. Contudo, a alta tributação provocava redução nos preços domésticos do algodão, o que desencorajava tanto a produção pelos produtores, quanto os investimentos para aumentar produtividade. Por causa disso, a economia foi, ao longo do início do século XIX, regredindo.

A situação permaneceu dessa forma até o início da Guerra de Secessão (1860-1875). Com o conflito, novamente há uma ascensão importante da produção algodoeira brasileira, pois a nova conjuntura acarretou a subida vertiginosa dos preços do algodão no mercado internacional. Mas, como ressalta Canabrava (1984 *apud* Gonçalves e Souza, 2008), as exportações eram ensejadas por circunstâncias favoráveis do mercado internacional, mas eram transitórias. Dessa forma, o país aproveita, por um curto período de tempo, a queda das importações dos Estados Unidos. Com isso, houve um novo destaque a posição de exportador do Brasil e o algodão chegou a alcançar cerca de um terço das exportações totais (BRASIL, 1946). É possível perceber a nova configuração do mercado internacional de acordo com os dados da Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Brasil e Estados Unidos: médias anuais de exportação de algodão em toneladas, 1861-1876

Quadrênio	Brasil	Estados Unidos
1861 – 1864	14.900	4.300
1865 – 1868	37.700	315.800
1869 – 1872	50.700	258.100
1872 – 1876	41.900	634.600

Fonte: Canabrava (1951 *apud* Albuquerque, 1981).

A ascensão do algodão nesse período do século XIX não se limitou às zonas tradicionais de cultivo anteriormente mencionadas, entendeu-se para outras localidades, inclusive algumas delas chegaram até mesmo a rivalizar com zonas tradicionais (MOREIRA e SANTOS, 1994). De acordo com a figura 1 abaixo, é possível perceber as principais áreas de produção autóctone durante o século XIX:

Figura 1 – Áreas de produção de algodão no Brasil durante o século XIX



Fonte: Barbosa (1989)

Canabrava (1958) explica que o aumento nas exportações foi possível pela reativação do cultivo do algodão nas áreas tradicionais, e ampliação de outras, como foi o caso de São

Paulo. A autora ainda ressalta que São Paulo teve grande participação nesse novo ciclo e passaria, a partir daí, a ocupar lugar de destaque entre as províncias produtoras de algodão no Brasil, pois a cultura autóctone disseminou-se de forma bastante rápida. As cidades de Campinas, Limeira, Rio Claro e Jaboticabal, bem como os municípios fronteiriços do Paraná ganharam destaque na produção algodoeira. Também ganharam destaque os municípios na direção leste até a divisa de Minas Gerais e a oeste, Bauru e Lençóis, o Vale do Paraíba e os municípios em direção a Jacareí, até atingir Bananal (ALBUQUERQUE, 1981).

Já no caso do Maranhão, a Guerra de Secessão deu um pequeno incremento na produção da fibra, mas não foi suficiente para sustentar sua ascensão após o conflito (SILVA, 2008). Barbosa (2005) argumenta que a produção algodoeira maranhense foi quase completamente eliminada em 1888, pois, como dependia de trabalho escravo, não foi possível estabelecer um mercado para produtos não agrícolas baseado na classe trabalhadora.

Em Pernambuco, a guerra intensificou a atividade algodoeira, que se encontrava em estagnação após o ciclo da Revolução Industrial. Dessa maneira, tanto a região tradicional de cultivo de algodão, o Agreste, quanto o Sertão e a zona da Mata, voltaram a crescer a partir de 1861. Neste ano a quantidade exportada que não chegava a 2.000kg, atingiu 15.000kg exportados em 1865 (MOREIRA e SANTOS, 1994). Para Cascudo (1955), Pernambuco se configurava como o melhor mercado do país durante essa época.

Em outros estados nordestinos também foi possível perceber o mesmo crescimento de exportação da malvácea nesse período, como foi o caso do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Como pontua Cunha (2021), no Ceará o algodão possibilitou um curto auge econômico para a região, mas que rapidamente regrediu, diante da incapacidade de geração de infraestrutura e da base econômica ali existente ser transitória.

No caso da Paraíba, o cultivo da malvácea se disseminou pelo vale dos rios da Paraíba e Mamanguape. Conforme Pereira (2016), a cidade Agrestina de Campina Grande foi uma das mais beneficiadas pela expansão algodoeira durante a Guerra de Secessão, tendo um grande incremento populacional após 1864 propiciado pelo crescimento do comércio de algodão. Assim como em Pernambuco, o algodão teve grande participação, junto com a cana-de-açúcar, na economia colonial da Paraíba, mas, nas palavras de Moreira e Santos (1994, p. 36) “não foi maior o benefício auferido com este surto de prosperidade no algodão na província da Paraíba, devido à falta de um grande porto na Capital”.

No Rio Grande do Norte, a fibra branca seguiu o mesmo crescimento produtivo, sustentado pelas condições favoráveis do mercado exterior, das outras regiões já mencionadas. Cascudo (1955) explica que as 13.528 arrobas exportadas em 1851 se

transformaram em 140.000 em 1866, mas assim como nas outras regiões, após o fim da guerra o algodão deixou de interessar os produtores economicamente.

O fim da Guerra de Secessão fez o Brasil voltar à posição de coadjuvante no processo de exportador de algodão e o prejuízo para o Nordeste foi especialmente considerável porque o algodão e a cana-de-açúcar eram os principais produtos da economia colonial da região. Além disso, como ressalta Alves (1953), outro agravante para a situação foram as grandes secas do século XIX que assolaram o Nordeste e que coincidiram com o período do fim da Guerra de Secessão. Dessa forma, as lavouras algodoeiras regionais sofreram ainda mais o impacto causado pela desestruturação das exportações no comércio exterior.

Embora seja possível perceber que a atividade algodoeira não consegue resultados sustentados pela falta de técnicas avançadas de produção e políticas de fomento a esse setor, Albuquerque (1981) salienta que exigir do governo imperial da época, manifestações de racionalidade e espírito intervencionista seriam possivelmente impróprias, pois não havia base de apoio econômica ou ideológica. O autor ainda argumenta que os interesses da época são centralizados no enriquecimento da classe minoritária detentora das grandes lavouras monocultoras, do próprio governo, que ainda seguia uma lógica mercantil.

No entanto, mesmo com os percalços, as lavouras algodoeiras nordestinas, com exceção do Maranhão, resistiram às sucessivas quedas na produção. Isso porque durante séculos o tripé algodão + gado + alimentos, juntamente com a cana-de-açúcar, sustentou a economia nordestina (CÂMARA, 1982 *apud* MATTOS *et al.*, 2020). Desse modo, uma atividade complementava a outra e assim foi possível driblar a baixa rentabilidade da exploração algodoeira nos momentos de decadência.

Outro fator que também contribuiu para a permanência da atividade algodoeira no Nordeste foi a importância que esse setor teve para o abastecimento interno das indústrias têxteis mecanizadas no Brasil após o encerramento do ciclo da Guerra de Secessão. Como destacam Moreira e Santos (1994), a produção nordestina se voltou para o mercado interno e passou a alimentar a indústria têxtil em expansão nacional, principalmente no começo do século XX, com a Primeira Guerra Mundial.

3 O ALGODÃO NO AGRESTE PERNAMBUCANO NO SÉCULO XIX

Quando os cultivos de subsistência de algodão deram lugar às lavouras de exportação, a província de Pernambuco se destacou como um dos principais exportadores da malvácea.

De acordo com Melo (2017), três fatores explicam a ascensão do algodão em Pernambuco: a demanda externa, o baixo custo de produção e solo propício à cultura.

Nesse contexto, a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, fundada em 1759, foi uma iniciativa do governo imperial para incentivar o cultivo autóctone na região. No entanto, Melo (2017, p. 143) afirma que “o estímulo à produção e exportação de algodão veio da alta demanda que o mercado europeu exigia por volta do final da década de 1770 em diante”. Ou seja, produção de algodão na capitania estava muito mais relacionado com a demanda externa do que com as deliberações da companhia monopolista ou dos incentivos das instâncias governativas. Dessa forma, o movimento ascendente de produção até meados do século XIX foi corroborado pelas condições internacionais favoráveis.

Com relação ao baixo custo de produção, frequentemente o algodão é destacado como uma cultura que teve um caráter mais acessível em Pernambuco, oposta ao caráter senhorial do açúcar (RIBEIRO JÚNIOR, 1981). Isso porque o trabalho de plantar e colher a fibra branca não necessitava de operações complexas, nem de um grande número de pessoas. Além disso, a simplicidade da cotonicultura permitia que o plantio fosse feito em pequenas e médias propriedades. Assim, pequenos lavradores com pouco capital eram capazes de comercializar o produto, pois era um cultivo menos custoso do ponto de vista do capital inicial.

Ademais, como ressalta Oliveira (2018), as propriedades das terras pernambucas, exaltadas em 1757 pelo governador Luiz Diogo Lobo da Silva e capitão de Pernambuco e anexas Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas, foram de extrema importância para intensificação do cultivo do algodão naquela região. As terras propícias garantiam que a qualidade do algodão Pernambuco fosse considerado um dos melhores do país.

Outro fator importante a ser mencionado é o fato de que, para Moreira e Santos (1994), em Pernambuco, ao contrário do que aconteceu no Maranhão, os proprietários rurais compreenderam que não seria vantajoso empregar mão-de-obra escrava no regime de plantation nas lavouras algodoeiras. Um dos motivos foi o fato de que a mão-de-obra não teria ocupação plena durante o ano todo. Por isso, a composição do trabalho que se dedicava ao algodão era um pouco diferente das plantations maranhenses.

Além disso, como ressalta Furtado (2007), a cotonicultura em Pernambuco também permitiu que a mão-de-obra excedente que a economia açucareira não conseguia absorver fosse aproveitada na economia do algodão. Por isso, nas palavras de Ribeiro Júnior (1981, p. 237) “criou-se, portanto, oportunidades de emprego para a mão-de-obra livre que na economia do açúcar dedicava-se a produtos de subsistência (mandioca, feijão, milho, etc.), em condições precárias”. Ou seja, grande parte da mão-de-obra disponível para o cultivo do

algodão veio dos trabalhadores livres dispersos pela capitania. Dessa maneira, o baixo custo de produção, o trabalho livre disponível e a inexistência de capital inicial para trocar as plantações incentivaram a propagação da cultura algodoeira.

No entanto, embora muitas vezes somente a atividade canavieira seja relacionada à mão-de-obra escrava e a cultura autóctone na capitania de Pernambuco seja associada ao trabalho livre, é pertinente reforçar que o trabalho escravo também era empregado nas lavouras algodoeiras. Conforme escreve Melo (2017, p. 150) “embora a cultura do algodão abrisse espaço para o emprego de trabalhadores livres, seja por jornada ou na órbita da economia doméstica, o trabalho compulsório também era utilizado”. Mesmo que a produção de algodão na província de Pernambuco não fosse caracterizada por plantations escravistas e constantemente fosse retratada pelo caráter acessível, a mão-de-obra cativa era amplamente utilizada.

Nesse contexto, Martins e Melo (2021) explicam que a província de Pernambuco tinha um número expressivo de cativos importados, de 1701 a 1750, a capitania era responsável por 21% das importações dos escravizados e de 1751 a 1807, era responsável por 14%. Em consonância com esses dados, destaca-se que em 1827 e novamente no início da década de 1840, os levantamentos populacionais feitos por autoridades provinciais indicam que não menos de 28% de escravos de Pernambuco estavam em municípios do Agreste, e 5% a 9% no Sertão (VERSIANI e VERGOLINO, 2003).

Além disso, conforme o recenseamento de 1872 (1874), a massa escrava fora da área açucareira foi de extrema importância para o Agreste, já que 23% dos escravos da província correspondiam a municípios do Agreste. Assim, constata-se que, ao longo do século XIX, a mão-de-obra escrava fora da Zona da Mata – logo, fora da região de atividade canavieira – correspondia entre 30% e 40% do total de Pernambuco. Segundo Martins (2017), para o século XIX, aponta-se uma média de cinco mil escravos africanos desembarcados por ano em Pernambuco.

De acordo com os dados recolhidos em 444 inventários *post mortem* de cartórios do Agreste, delinea-se as características dessa massa escrava presente nessa região no século XIX. Esses inventários são provenientes de uma área que corresponde aos municípios ao redor da atual cidade de Pesqueira, ao norte, e Garanhuns, ao sul.

Tabela 4 – Pernambuco: padrão de propriedade de escravos em inventários do Agreste, 1770-1887

Tamanho do Plantel de Escravos	Inventários			Escravos Inventariados		
	Número	Proporção do Total (%) (Inventários com Escravos)	Proporção Acumulada (%)	Número	Proporção do Total (%)	Proporção Acumulada (%)
Sem escravos	121
1 a 5	177	54,8	54,8	426	16,4	16,4
6 a 10	88	27,3	82,1	659	25,4	41,8
11 a 20	37	11,5	93,6	513	19,7	61,5
Mais de 20	21	6,5	100,0	1.001	38,5	100,0
Total	444	100,0		2.599	100,0	

Fonte: Versiani e Vergolino (2003).

Segundo Versiani e Vergolino (2003, p.363) “ter escravos, na região não açucareira da província, longe de ser um fenômeno excepcional, era, a julgar pelos dados dos inventários, um fato de ocorrência generalizada”. Isso é bem observado nos dados acima, que, mesmo que sejam de uma amostra relativamente pequena e imperfeita da população – já que a parcela populacional de renda mais baixa não foi representada por não haver dados de inventário destas –, é relevante a informação sobre os indivíduos que possuíam certo nível de riqueza. Observa-se que aproximadamente 73% eram donos de escravos, o que significa uma grande disseminação no Agreste, entre indivíduos com certo nível de riqueza, de posse de escravos.

Nesse mesmo contexto, vale salientar a estrutura demográfica dos escravos no Agreste entre os anos 1770 e 1850. Essa estrutura se configurava de forma a predominar os escravos entre 15 e 40 anos – faixa etária mais produtiva – e com uma proporção de mais homens que mulheres, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 5 – Estrutura demográfica da população escrava em inventários do Agreste, 1770-1887 (Valores Absolutos)

Faixas de Idade	1770-1849			1850-1887		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 14	238	238	476	93	95	188
15 a 40	441	272	713	165	134	299
41 acima	104	55	159	98	71	169
Total	703	565	1.348	356	300	656

Fonte: Versiani e Vergolino (2003).

No período após a abolição do tráfico de escravos (1850-1887), nota-se que a quantidade de escravos foi reduzida e também que a faixa etária dos 41 acima teve um aumento de relativo, o que indica um envelhecimento relativo do plantel de escravos. Tal envelhecimento pode ser visto tanto pela falta de reposição de escravos pela importação através do tráfico negreiro, quanto pela venda de escravos da faixa etária mais produtiva – 15 a 40 anos – para fora da região. Pois, como se sabe, houve um grande fluxo de vendas de escravos do Norte para o Sul do país no período pós-abolição do tráfico. (VERSIANI e VERGOLINO, 2003).

Quanto à estrutura demográfica por sexos no Agreste, Versiani e Vergolino (2003) explicam que durante a época do tráfico transatlântico, a taxa de natalidade dos escravos brasileiros era inferior à taxa de mortalidade, de forma que o estoque de mão-de-obra provinha do fluxo de aquisição por importação e que a maioria dos escravos importados eram homens. De acordo com a tabela 6 a seguir, observa-se que, de fato, a predominância na cotonicultura era masculina:

Tabela 6 – Estrutura demográfica da população escrava em inventários do Agreste, por sexo, 1770-1887

Faixas de Idades	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiras	Africanas	Total
0 a 14	222	16	238	223	15	238
15 a 40	152	289	441	165	107	272
41 acima	32	72	104	24	31	55
Total	406	377	783	412	153	565

Fonte: Versiani e Vergolino (2003)

A preponderância de cativos homens (ou seja, uma razão de sexo masculina) nas lavouras algodoeiras pode ser explicada pela preferência do mercado escravista brasileiro por homens jovens para a vida nas lavouras (ALBUQUERQUE, 2016). Ou seja, havia mais demanda no mercado por escravos homens. Contudo, conforme teoriza Klein (1999), a preponderância de cativos homens também pode ser explicada pela influência que os fornecedores de escravos africanos exerciam no mercado, pois eram eles quem decidiam o sexo e a idade dos escravos que eram exportados. Dessa forma, havia uma predominância de escravos homens, porque a oferta deles era maior no mercado escravista.

É notável, a partir dos dados da tabela 6, a quantidade expressiva de escravas na faixa etária mais produtiva. Isso porque, segundo Andrade (2011), era comum o uso de mão-de-obra feminina nas lavouras de algodão. De acordo com os números acima, as escravas brasileiras (165) chegam a superar na amostra ligeiramente os escravos brasileiros (152). Também é possível notar o número significativo de crianças na faixa etária de 0 a 14 anos, sendo 238 meninos e 238 meninas. Conforme explica Versiani (1994), a mão-de-obra infantil, assim como a mão-de-obra feminina, era muito empregada nos algodoeiros por não ser uma atividade incrivelmente pesada. Assim, o argumento de que os donos de plantéis de escravos nas lavouras algodoeiras não tinham preferência de gênero da força de trabalho cativa pelo trabalho na cotonicultura não ser tão pesado quanto nas lavouras canavieiras, parece estar em concordância com os dados apresentados acima.

Mais uma evidência da importância dos escravos na produção algodoeira é fornecida pelos inventários da riqueza possuída de vários tipos de ativos no Agreste no período 1770-1887, como indicado na tabela 7 seguinte:

Tabela 7 – Estrutura de riqueza em inventários do Agreste pernambucano, 1770-1887¹

Estrutura da riqueza (porcentagens)								
Estratos (nº de escravos)	Nº de Inventários	Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Escravos	CS&T	L&S
S/escravos	121	0,87	1,57	9,00	0,78	-	24,25	2,56
1 a 5	177	0,85	2,98	1,72	0,31	46,04	15,44	0,88
6 a 10	88	0,93	1,13	1,82	0,33	44,34	19,83	0,53
11 a 20	37	0,38	1,21	0,54	0,33	56,26	14,26	1,05
Mais de 20	21	1,90	0,68	0,30	0,16	41,08	18,42	3,34
Total	444	1,21	1,34	1,53	0,29	42,08	18,08	1,85

¹ Os bens foram classificados em: Dinheiro; Metais (objetos de ouro, prata, cobre e pedras preciosas); Móveis; Equipamentos (utensílios ligados a atividades produtivas); Animais; Escravos; Casas, Sítios e Terras (CS&T) e Lavras e Safras (L&S).

Fonte: Versiani e Vergolino (2003)

Nota-se, a partir das informações inventariais, que os metais e os móveis não eram considerados gastos importantes para os indivíduos da amostra, pois constituem apenas 1,34% e 1,53%, respectivamente, do valor total do montante apurado. Segundo Versiani e Vergolino (2003, p. 377) “julgado por esse padrão, o nível de conforto das residências do Agreste, mesmo no caso de pessoas de grandes posses, parece quase espartano”. Outro fator a ser notado é o de que, como já mencionado antes, o trabalho na cotonicultura era mais simples e não necessitava de unidades produtivas custosas, por isso, os equipamentos produtivos têm apenas 0,29% em média de importância relativa do valor total na estrutura de riqueza.

A porcentagem dos escravos é a maior dentre os ativos apresentados na tabela acima, cerca de 42%, exceto o daqueles que não possuíam escravos. Isso se encontra em concordância com o fato já mencionado de que uma grande parte do trabalho da cotonicultura pernambucana se apoiava na mão-de-obra escrava. Dessa maneira, destaca-se que:

“Embora tenhamos considerado a economia algodoeira como mais acessível, constata-se que, nos fins do século XVIII e início do século XIX, a principal produção algodoeira era proveniente de grandes propriedades (...) e que os produtores de algodão possuíam de 50 até 300 escravos trabalhando nos algodoads” (RIBEIRO JÚNIOR, 1981, p. 238).

Destarte, entende-se que a cultura algodoeira pernambucana tinha um caráter escravista impossível de ser ignorado. Mesmo que a capitania alocasse a maioria dos escravos na produção açucareira, os cativos também eram usados na produção de algodão. Mas, como salienta Versiani (1994), a vantagem comparativa do trabalho escravo nas plantações de algodão era menor que nas plantações de canavieiras. Segundo o autor, o emprego do trabalho livre era mais vantajoso pelo custo de manter muitos escravos nos algodoads. Por isso, frequentemente a cultura algodoeira é mais associada à mão-de-obra livre.

3.1 As geografias urbana e humana do algodão agrestino em Pernambuco no século XIX

A lavoura algodoeira propiciou perspectivas agrícolas para zonas que até então só tinham conhecido o pastoreio e a mineração (PRADO JR, 2006). Nesse sentido, a expansão agrícola trouxe outras mudanças fundamentais para o Agreste, tais como melhoria das

condições técnicas de plantação, melhoria da infraestrutura, especialmente das estradas que davam acesso à capital, e aumento significativo da densidade demográfica.

As condições favoráveis de mão-de-obra livre e as terras propícias ao cultivo de algodão tornaram principalmente o Agreste pernambucano uma área predominantemente agrícola nos séculos XIX e XX (ANDRADE, 2011). O que difere do caráter pecuarista que prevaleceu até o século XVIII – herança do povoamento na região. Estas mudanças contribuíram fortemente para a diversificação da região, que se tornava abastecedora das outras cidades pernambucanas.

O algodão se destaca pela importância regional, sobretudo por ter sido um agente urbanizador do agreste, como destaca Manuel Correia de Andrade:

A industrialização mais barata e menos urgente que a da cana colocou o beneficiamento do algodão na mão de comerciantes que, com suas bolandeiras, a princípio, e seus descaroçadores, depois, estabeleceram-se em cidades, vilas e povoações, passando a comprar a matéria-prima ao agricultor para vendê-la, após o beneficiamento, aos exportadores. Daí ter contribuído desde os primeiros tempos para o desenvolvimento da vida urbana, ao contrário do que ocorria com a cana-de-açúcar. (ANDRADE, op. cit. p. 158-59)

Na abordagem do destacado historiador Evaldo Cabral de Mello, por sua vez, nota-se a importância sócio histórica do algodão em Pernambuco. Para além de sua importância econômica regional⁴, mencionada acima, a malvacea faria surgir nova fração de classe, com diferente orientação política – o que se manifestaria nos alinhamentos ao tempo da Revolução Pernambucana de 1817.

Se a região recuperou-se nos últimos decênios de Setecentos e primeiros de Oitocentos, ele o deveu não ao açúcar, mas ao algodão (...). Este contraponto do açúcar e do algodão explica, aliás, em parte, o feitiço especialmente instável e politicamente radical da Independência naquela parte do país (...), pois foi ali, mais acentuadamente que em nenhuma outra parte do Brasil, que se aprofundou o conflito entre a nova e a velha estrutura comercial: a do algodão, já ligada, desde a transmigração da Coroa para o Rio e abertura dos portos, ao mercado britânico, e a do açúcar, jungida ao entreposto lusitano. Daí que a região de cultivo algodoeiro, a

⁴ Mello (2002) também destaca a importância do surto algodoeiro pernambucano para o desenvolvimento ferroviário da região. Segundo o autor, a província de Pernambuco pôde obter recursos para suas ferrovias que graças ao jogo parlamentar. Isso porque, as bancadas nortistas souberam arrancar do Governo Imperial os empreendimentos ferroviários destinados às províncias do sul, pois o governo necessitava do apoio das deputações nortistas ou das lideranças partidárias da região.

mata norte de Pernambuco e as capitânicas ao norte, havendo gozado as vantagens do livre câmbio, tenham-se comportado com um zelo emancipacionista que destoou das zonas que não haviam podido fazer (...) a conversão do açúcar para o algodão: a mata sul pernambucana, a alagoana, o Recôncavo baiano. (MELLO, 2002, p. 115-116)

Na mesma linha, Andrade (2011) destaca o papel do algodão na formação de uma classe média rural Agrestina. Segundo o autor, mais de 85% dos estabelecimentos agropecuários do Agreste eram formados por propriedades com extensão inferior a 20 hectares. Nesse mesmo contexto, Ribeiro Júnior (1981) destaca que a cotonicultura trouxe a possibilidade do aproveitamento de pequenas e médias extensões de terra e mão-de-obra menos numerosa. Ou seja, são esses pequenos proprietários que formam a classe média rural com um nível de vida bem inferior aos dos grandes e médios proprietários, mas com uma situação econômica e social bem superior aos trabalhadores sem terra.

Essa região foi palco de diferentes padrões de relações de trabalho, surgidas nos diferentes usos da terra, característicos e formativos de uma região de transição, com uma economia de subsistência exuberante e alguma policultura comercial (fumo, café, sisal). Dessa maneira, como explica Versiani e Vergolino (2003, p. 359) “a economia do Agreste, assim, evoluiu para uma estrutura produtiva mais diversificada – algodão, lavoura de alimentos e gado –, em contraste com a Mata, onde predominava a cana-de-açúcar, e o Sertão, mais voltado à atividade criatória”.

Foi especialmente a classe média rural Agrestina que se aproveitou dessa estrutura produtiva mais diversificada. Segundo Andrade (2011), nos brejos pernambucanos, os pequenos proprietários diversificam sua produção com algodão, café, frutas, mandioca, milho, feijão, fava e criação de alguns animais. Mas, como a renda auferida não era suficiente para o sustento da família, esses pequenos proprietários também trabalhavam alugados para os grandes e médios proprietários. Em Pernambuco era comum também que os criadores de gado permitissem o cultivo de algodão “por parceiros” nas suas terras, em troca de prestação de alguns dias de trabalho gratuito nas suas fazendas (ALBUQUERQUE, 1981).

Andrade (2011) ainda complementa que algodão propiciou a ascensão social de pequenos agricultores e, inclusive, de escravos, que em algumas regiões passavam a ser conhecidos como “brancos do algodão”. A maior simplicidade do processo produtivo da fibra branca possibilitou mais chances de mobilidade social se comparado com o que acontecia na economia açucareira.

A presença nada irrelevante da pequena propriedade rural sinalizou para a sua importância regional e para “os padrões econômico-culturais dos pequenos proprietários” (Andrade, op. cit., p. 167), ao contrário do legado histórico da economia canavieiro-açucareira, que sufocou a formação de uma classe média rural na Zona da Mata – e comprometendo até mesmo a urbanização: “as cidades localizadas no Agreste são maiores e têm mais movimento comercial que as da região da Mata” (idem ant., p. 159). Assim, há uma geografia física e uma geografia humana da Região Agreste, que permitem o entendimento de sua formação histórico-econômica e o seu desenvolvimento urbano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas fontes secundárias delimitadas, foi possível concluir, em linhas gerais, que a cotonicultura no Nordeste (ou “Norte Agrário”), implementada como atividade comercial ainda no século XVIII através de companhias de comércio – Companhia de Comércio Geral do Grão-Pará e do Maranhão e Companhia Geral de Comércio Geral de Pernambuco e Paraíba – teve importância no abastecimento de matéria prima das fábricas inglesas durante a Revolução industrial. Nesse sentido, o algodão foi um importante produto de exportação para a economia brasileira, responsável por perfazer, entre 1796 a 1811, 24,4% do total das mercadorias enviadas para o reino. As lavouras algodoeiras das províncias do Maranhão e de Pernambuco foram as responsáveis por colocar o Brasil em posição de grande exportador da malvacea no mercado internacional e o nordeste brasileiro chegou a alcançar uma participação de 40% no mercado em Liverpool.

No entanto, as exportações brasileiras eram ensejadas pelas condições favoráveis do mercado e com o fim da Guerra da Independência dos Estados Unidos, as exportações entraram em estagnação, pois o produto norte americano dominou o mercado internacional. Apesar disso, o algodão pernambucano conseguiu se manter por mais alguns anos no mercado, porque tinha um produto de boa qualidade e competia em um mercado, junto com Sea Island e o Egito, no qual a oferta não era elástica. Contudo, a economia algodoeira estagnou como um todo após 1819.

Outro fator fortemente associado à estagnação da economia algodoeira foram as políticas fiscais adotadas pelo Governo Central, as quais levaram o governo a tributar as exportações das commodities, principalmente do algodão, para sustentar os gastos de Portugal com conflitos e guerras. Dessa maneira, as províncias não tinham autonomia para decidir suas próprias políticas econômicas e isso levava ao empobrecimento local. A alta tributação provocava redução nos preços domésticos do algodão e desencorajava tanto a produção pelos produtores, quanto os investimentos para aumentar produtividade. Por isso, a situação da cotonicultura seguiu em declínio até meados do século XIX.

A situação permaneceu dessa forma até o início da Guerra de Secessão (1860-1875). A nova conjuntura propiciou uma alta no preço do algodão no mercado internacional e a saída dos Estados Unidos como fornecedor da commodity. Em virtude disso, houve um novo destaque a posição de exportador do Brasil e o algodão chegou a alcançar cerca de um terço das exportações totais. Ademais, outras zonas de cultivo da fibra branca surgiram no país, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e o Ceará.

Mas, o fim da Guerra de Secessão fez o Brasil voltar à posição de coadjuvante no processo de exportador de algodão e o prejuízo para o Nordeste foi especialmente considerável, porque o algodão e a cana-de-açúcar eram os principais produtos da economia colonial da região.

Embora a atividade algodoeira brasileira não conseguisse resultados sustentados devido à falta de técnicas avançadas de produção e políticas de fomento a esse setor, exigí-las do governo imperial da época seria possivelmente impróprio. Não havia base de apoio econômica ou ideológica para tanto. Nesse contexto, a produção nordestina se voltou para o mercado interno e passou a alimentar a indústria têxtil em expansão nacional, principalmente no começo do século XX, com a Primeira Guerra Mundial.

Com relação à cotonicultura em Pernambuco, é importante destacar que a expansão do cultivo nessa província alcançou as terras do Agreste, onde se fixou. No Agreste, três fatores explicam a ascensão do algodão: a demanda externa, o baixo custo de produção e solo propício à cultura. Além disso, o Agreste possuía muita mão-de-obra disponível, por causa da mão-de-obra excedente Zona da Mata que a cultura açucareira não conseguia absorver. Também é importante ressaltar uma importante característica que a expansão do cultivo do algodão também se deu em médias e pequenas propriedades, porque o algodão tinha um plantio mais simples que a cana-de-açúcar e permitia que lavradores com pouco capital fossem capazes de comercializar o produto, pois era um cultivo menos custoso do ponto de vista do capital inicial. Por isso, frequentemente a cotonicultura é associada a um caráter mais acessivo de produção.

Quanto ao regime de trabalho que viabilizava essa atividade, constatou-se que apesar de haver a presença de muitos trabalhadores livres e assalariadas trabalhando nas lavouras, ainda era expressiva a presença de trabalho escravo no Agreste pernambucano. Segundo os dados, constata-se que, ao longo do século XIX, a mão-de-obra escrava fora da Zona da Mata correspondia entre 30% e 40% do total de Pernambuco.

No caso da capitania, depois província de Pernambuco no século XIX, é importante destacar o caráter urbanizador do algodão, que propiciou o povoamento de cidades e vilas investidas na produção algodoeira. Também é importante destacar a importância sócio econômica que a fibra branca teve ao possibilitar o surgimento de uma classe média rural Agrestina, na qual mais de 85% dos estabelecimentos agropecuários do Agreste eram formados por propriedades com extensão inferior a 20 hectares. Nesse contexto, também ressalta-se a classe dos “brancos do algodão”, que eram escravos trabalhadores das lavouras algodoeiras que conseguiam comprar sua liberdade através do seu trabalho. Além disso, a

cotonicultura permitiu a diversificação das estruturas produtivas no Agreste, com destaque para a cotonicultura, lavoura de alimentos e gado. Com isso, as lavouras da malvácea contribuíram para o maior desenvolvimento do Agreste pernambucano.

Espera-se que o presente trabalho possa inspirar trabalhos mais específicos, nos campos da história econômica e da história social do trabalho, nos temas da cultura do algodão no Brasil e do desenvolvimento do Agreste pernambucano propiciado por essa cultura.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle de Biase. **De “Angelo dos Retalhos” a visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818-1858)**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite. **Capital comercial, indústria têxtil e relações de produção na cotonicultura paulista: 1920-1950**. 1981.

ALVES, Joaquim. **História das secas (séculos XVII a XIX)**. Edições do Instituto do Ceará, 1953.

ARRUDA, José Jobson de A. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

BARBOSA, Luiz Cordelio. **Cotton in nineteenth century Brazil: Dependency and development**. 1989. Tese de Doutorado. University of Washington.

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. **Relações de produção na agricultura: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929)**. 2005.

BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 12-50.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Comissão Executiva Têxtil. **Indústria têxtil algodoeira**. [S.l.],1946.

BRAUDEL, Fernand; MEDITERRÂNEO, O. O mundo mediterrânico na época de Filipe II. **Lisboa, Livraria Martins Fontes Editora**, 1983.

CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. **Revista Brasileira de Economia**, v. 12, n. 1, p. 95-124, 1958.

CARVALHO, Carlos Jesus de. Ascensão e crise da economia açucareira no Maranhão: 1850-1910. **São Luís: Eduema**, 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. MEC, 1955

CHACON, Vamireh. Algodão e tecidos no Nordeste: um caso típico de interrelacionamento de agricultura e indústria. **Ciência & Trópico**, v. 2, n. 1, 1974.

COSTA, Sérgio Rodrigues; BUENO, Miguel Garcia. **A saga do algodão**: das primeiras lavouras à ação na OMC. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004.

CUNHA, George. O ALGODÃO NA ECONOMIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ DURANTE O SÉCULO XIX: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 47, 2021.

DGE – DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874.

FERREIRA, M. M.; VIEIRA, Rosângela de Lima. Economia política dos sistemas-mundo e as novas perspectivas de pesquisas para a história econômica. In: XXVI Simpósio Nacional da ANPUH, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH - SP, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAYOSO, Raymundo J de. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. 1818.

GONÇALVES, J. S; RAMOS, S. F.; **Da origem à hegemonia e crise do algodão meridional brasileiro no século XX**. São Paulo. *Informações Econômicas*, v. 38, p. 25-41, 2008.

KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 17, n. 2, p. 129-149, 1987.

KLEIN, H. S; LUNA, F. V. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

MARTINS, André Luiz de Miranda. **Notas sobre a demografia e a economia de Pernambuco nos idos de 1817**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2017. <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/32%20Notas%20sobre%20a%20demografia%20e%20a%20economia%20de%20Pernambuco%20nos%20idos%20de%201817.pdf>. Acesso em 28 de Jul. de 2021.

MARTINS, Diego de Cambraia; MELO, Felipe Souza. **O algodão do Brasil e a economia atlântica: comparações entre Maranhão e Pernambuco (C. 1750-C. 1810)**.

MATEUS, YURI GIVAGO ALHADEF SAMPAIO. **A BALAIADA NA SALA DE AULA: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”**. 2018. Tese de Doutorado. Dissertação [Mestrado em História]. 196f. Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão.

MATTOS, Luis Cláudio et al. A saga do algodão no semiárido nordestino: histórico, declínio e as perspectivas de base agroecológica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, 2020.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal: história e historiografia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MELO, Felipe Souza. **O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MOREIRA, José de Alencar Nunes; SANTOS, RF dos. Origem, crescimento e progresso da cotonicultura no Brasil. **EMBRAPA**, 1994.

OLIVEIRA, Eric Nilson da Costa. A Economia do algodão no nordeste brasileiro. In: VI CONGRESSO SERGIPANO DE HISTORIA & VI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTORIA DA ANPHU/SERGIPE, 2018, Aracaju/Sergipe. **Anais Eletrônicos**, 2018.

PEREIRA, Thales Augusto Zamberlan. **The cotton trade and Brazilian foreign commerce during the industrial revolution**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Thales Zamberlan. Taxation and the stagnation of cotton exports in Brazil, 1800–60. **The Economic History Review**, v. 74, n. 2, p. 522-545, 2021.

PEREIRA, William Eufrasio Nunes. Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande-PB: do gado (século XIX) ao algodão (século XX). **História Econômica & História de Empresas**, v. 19, n. 2, 2016.

RIBEIRO JUNIOR, José. A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à independência. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 1, p. 235-242, 1981.

SILVA, Ana Ladia Conceição. **Falas de decadência, moralidade e ordem: a História do Maranhão de Mário Martins Meireles**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Marisa Freitas; SILVA, Rodolfo Guimarães R. da; MARTINS, André Luiz de Miranda. Dimensões da atividade econômica de municípios do Agreste Pernambucano: uma análise com base em dados de valor adicionado bruto (2002-2017). **Boletim Observatório Econômico Corecon-PE**, CAA/UFPE | Edição 07 | AGO, 2020, p. 9-14, p. 9-14.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 353-393, 2003.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Brazilian slavery: toward an economic analysis. **Revista Brasileira de Economia**, v. 48, n. 4, p. 463-478, 1994.

MARISA FREITAS DA SILVA

**A CULTURA DO ALGODÃO E O DESENVOLVIMENTO DO AGRESTE
PERNAMBUCANO NO SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Economia.

Aprovada em: 20/05/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins (Orientador)
NG – CAA – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa (Examinador Interno)
NG – CAA – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. MSc. Luiz Augusto Ferreira Miranda (Examinador Externo)
Rede Municipal de Ensino de Caruaru-PE